

**Helena Carreiras**

Ministra da Defesa Nacional

**Intervenção da Ministra da Defesa Nacional, Helena Carreiras, por ocasião do Dia do Combatente e da celebração do 104º Aniversário da Batalha de La Lys.**

Batalha, 09 de abril de 2022

Vocativos

É com enorme satisfação que participo hoje nas celebrações do dia do Combatente e do 104º Aniversário da Batalha de La Lys. Um país que reconhece e homenageia o contributo dos combatentes é um país que respeita e honra o sacrifício que lhes foi pedido, em nome da sua pátria.

Se todas as iniciativas de homenagem são um dever fundamental do Estado, elas têm também que ser interiorizadas como uma atitude consciente de cidadania, que deve ser promovida em igual medida. A data de hoje, em particular, dois anos após a última vez que a pudemos celebrar presencialmente, recorda-nos essa responsabilidade.

Os combatentes desempenham também um papel crucial no apoio a todos aqueles que lutaram e lutam pela Pátria. Saúdo, assim, a Liga dos Combatentes, na figura do seu Presidente, por

assegurar, através dos seus núcleos em todo o território nacional, que a nossa memória não se traduz em esquecimento e que perdura para além deste dia.

É minha intenção continuar a trabalhar em prol da melhoria das condições de vida dos antigos combatentes através do principal instrumento jurídico aprovado na anterior legislatura, o Estatuto do Antigo Combatente. A aprovação deste Estatuto representou, pela primeira vez no Portugal democrático, o reconhecimento material, e não apenas simbólico, do Estado português aos antigos combatentes. Desde a sua aprovação já foram emitidos mais de 380.000 cartões de Antigo Combatente e de Viúva ou Viúvo de Antigo Combatente, foram concretizadas, entre outras medidas, a gratuidade do passe nos transportes públicos na área de residência, a isenção de taxas moderadoras no SNS, a entrada gratuita em museus e monumentos nacionais, ou a validação de

cerca de 110.000 pedidos de insígnia de antigo combatente. Este Estatuto constitui um exemplo claro de como é possível conciliar o acesso a direitos sociais e económicos legalmente consagrados e moralmente devidos a todos aqueles que serviram o nosso país nas Forças Armadas.

No entanto, há ainda muito por fazer. Temos que adaptar-nos aos desafios do atual contexto, que têm implicações profundas, quer para ex-combatentes, quer para as suas respetivas famílias. A implementação do Plano de Ação para os Deficientes Militares e do Plano de Apoio aos Antigos Combatentes em Situação de Sem Abrigo, são indicativos da nossa atenção redobrada a estas questões, que acompanharemos com todo o cuidado que merecem.

Permitam-me também uma palavra sobre a nova geração de militares que participaram ou participam em Forças Nacionais

Destacadas. Seja no Mali, na República Centro Africana, na Roménia, ou no Golfo da Guiné, cerca de 400 militares asseguram atualmente que Portugal seja um contribuinte ativo para a segurança regional e mundial. Em conjunto com as restantes Forças Armadas, dão assim o seu contributo para que o nosso país se mantenha um Estado soberano, independente e seguro.

Para atingir esse objetivo, partilho convosco aqueles que considero alguns eixos prioritários de ação para a defesa nacional.

A primeira prioridade será a de adequar a defesa nacional à nova realidade da segurança europeia e internacional que decorre da invasão da Ucrânia pela Federação Russa. Teremos que aprovar a breve trecho um novo conceito um novo conceito estratégico de defesa nacional, a par com a atualização estratégica em curso na

União Europeia e na NATO, e reforçar progressivamente o investimento em Defesa.

Reforçar, por um lado, a operacionalidade das forças armadas, assegurando a manutenção e modernização das capacidades e equipamentos, apostando em programas com efeito multiplicador, passíveis de duplo uso e que criem riqueza para a economia nacional.

Reforçar, por outro lado, o investimento nas pessoas e na dignificação da condição militar, atraindo e retendo mais jovens nas forças armadas, e proporcionando a todos os militares melhores condições de serviço.

Esta valorização das nossas Forças Armadas deve também ser acompanhada por uma ainda maior abertura e diálogo com a

sociedade. Esta é a segunda prioridade. As pessoas têm que conhecer melhor as suas forças armadas e as forças armadas têm que conhecer melhor a sociedade que defendem.

Tal aposta ajudará certamente a preservar a memória coletiva que tanto valorizamos e que hoje celebramos aqui. Estou certa de que a concretização destas prioridades constituirá a melhor homenagem possível a todos aqueles e aquelas que escolhem defender Portugal todos os dias e que merecem o nosso contínuo agradecimento e o mais profundo respeito.

Muito obrigada.